

## Índice

A Europa das duas velocidades demográficas.....	1
Paradoxos da política identitária.....	3
“O Professor e o Louco” .....	4

## A Europa das duas velocidades demográficas

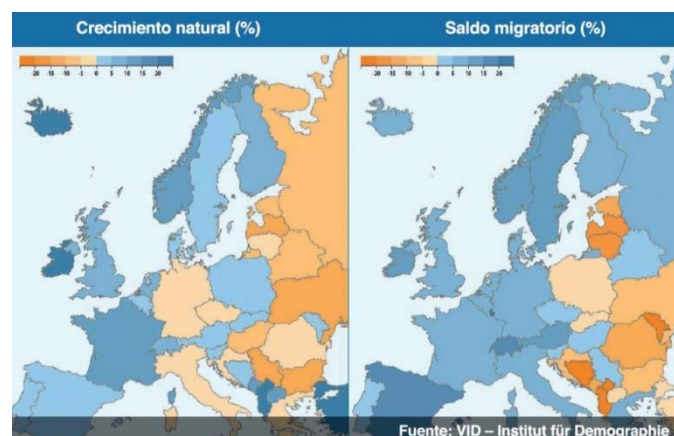
Após um prolongado declínio demográfico na Europa Centro-Oriental, detetam-se os primeiros indícios de uma mudança de tendência. A fecundidade sobe e começam a chegar trabalhadores do Leste. Entretanto, na parte ocidental do continente, a natalidade recua e em vários países, mantendo-se a população graças aos imigrantes.

Quando se ouve falar de imigração na Europa, costuma pensar-se espontaneamente nos africanos que entram em Itália ou Espanha a bordo de embarcações precárias a partir das costas do Magreb, ou nos refugiados da Síria ou Iraque que antes chegavam à Grécia e agora são travados na Turquia.

No entanto, esse fluxo é comparável a outro, intraeuropeu, sustentado e legal, que vai de Leste para Oeste. Segundo as estimativas de Tomáš Sobotka, do [Instituto de Demografia de Viena](#), entre 15 e 18 milhões de europeus centro-orientais vivem atualmente nos países da Europa Ocidental. Vêm dos antigos satélites da URSS, que já pertencem quase todos à União Europeia (UE). O muito conhecido canalizador polaco pode ser igualmente búlgaro, letão, ucraniano ou romeno; sobretudo, romeno.

Depois de ter subido a cortina de ferro, esses países passaram da escassez igualitária e do pleno emprego fictício sob o comunismo, à crise declarada e ao desemprego não encoberto. E começaram a perder pessoas. De 1990 a 2017, a população da Europa Ocidental aumentou 12 %, enquanto a dos países que ficavam atrás da cortina de ferro diminuiu 7 %, através de uma conjugação de natalidade descendente e forte emigração.

### Evolução da população na Europa, 1990-2017



(Publicado em “Aceprensa” 20.3.2019)

Se se tomar como referência 2007, quando a parte centro-oriental da atual UE estava quase completa (só faltava a Croácia, que entrou em 2013), estes países perderam, de então para 2018, 3 milhões de habitantes (quase 3 %), segundo os últimos [números demográficos do Eurostat](#), publicados em 12 de março último. Desses 11 Estados membros, só aumentaram a República Checa, a Eslovénia e a Eslováquia. No mesmo período, os outros 17 membros ganharam 17 milhões (+4 %), sem mais descidas com exceção das da Grécia e de Portugal.

Também nos países do Leste que não pertencem à UE, o declínio demográfico é a tônica geral. Foi enorme – mais de 15 % – no Kosovo e Geórgia, e de quase 9 % na Ucrânia e

Bósnia-Herzegovina. As exceções são as modestas subidas – que não chegam a 2 % – na Macedónia do Norte e no Montenegro.

Novamente dentro da UE, as maiores descidas aconteceram na Lituânia (-13,6 %) e Letónia (-12,4 %). Mas os dois países seguintes foram muito importantes pela dimensão dos números absolutos. A Bulgária perdeu um pouco mais de meio milhão de habitantes (-6,9 %) e a Roménia, 1,6 milhões (-7,6 %). A Roménia é um caso à parte.

De 23 milhões de habitantes quando foi derrubado Nicolae Ceausescu (1989), a Roménia passou para 19,5 milhões. Cerca de um milhão foi perdido devido ao crescimento natural negativo, mas a maior parte abandonou o país. Hoje, segundo se calcula, 3 milhões de romenos residem no estrangeiro. Encontram-se principalmente em Itália (1,2 milhões), Espanha (673 000) ou Alemanha (657 000).

Segundo o Eurostat, um quinto da população ativa romena trabalha noutro país da UE. A emigração é para a Roménia a válvula de escape que evitou um nível de desemprego insuportável e trouxe dinheiro em forma de remessas: 2700 milhões de euros desde 2010, montante não desprezível num país onde os salários correspondem a 16 % dos da média da UE. Mas trouxe outros problemas. Perderam-se trabalhadores qualificados. Muitos não podem levar consigo os seus filhos, que ficam ao cuidado dos avós ou de outros parentes. Não existem estimativas confiáveis, mas nalguns locais, um terço ou mais das crianças não têm pai ou mãe em casa. Desde 2015, o governo exige aos emigrantes que declarem os filhos que deixam no país.

A emigração começa a causar escassez de mão de obra, o que está a fazer subir os salários. E também atrai imigrantes. Parte das vagas deixadas por romenos que se deslocaram para países mais ricos da UE em busca de melhores salários e condições de vida, são ocupadas por estrangeiros vindos de países situados ainda mais a Leste, desejosos de encontrar o mesmo na Roménia. A necessidade de força de trabalho levou o governo a aumentar as quotas de trabalhadores oriundos de fora da UE. São, na sua maior parte, da vizinha Moldávia, que tem a mesma língua e cultura; mas também há cada vez mais ucranianos e sérvios, e também vietnamitas, filipinos, nepaleses, tailandeses...

O mesmo fenómeno acontece noutros países da região de onde saem emigrantes na direção do Oeste (ver "[Aceprensa](#)", [26.11.2018](#)). Por exemplo, a Polónia, que tem cerca de dois milhões de polacos no resto da UE, acolhe 210 000 trabalhadores ucranianos, 80 000 bielorrusos... "No espaço dos próximos dez ou vinte anos", prevê Sobotka, "ter-se-ão convertido em países de imigração, como a Espanha ou a Irlanda nos anos 90 do século passado" ("[Le Monde](#)", [12.3.2019](#)).

Não é essa a opção da Hungria, mesmo que continue a perder população e também lhe faltar mão de obra, sobretudo nos setores de tecnologia e saúde, [segundo a Organização](#)

[Internacional das Migrações](#). Mas os estrangeiros residentes na Hungria diminuíram muito desde 2012; hoje são 150 000, dois terços deles europeus, na sua maior parte romenos e alemães.

A política do governo é, primeiro, fomentar o regresso dos húngaros emigrados, que atualmente são cerca de 250 000. Segundo, que suba a natalidade. O primeiro-ministro Viktor Orbán, no seu último discurso sobre o estado da nação, no passado dia 10 de fevereiro, disse-o claramente: "Na Europa, vivemos numa época em que nascem cada vez menos crianças. Os ocidentais recorrem à imigração. Mas nós não necessitamos de números, mas de crianças húngaras. Para nós, aceitar a imigração equivale a render-nos".

Daí que tenha anunciado uma série de medidas com o objetivo de fazer subir a fecundidade dos atuais 1,54 filhos por mulher para 2,1 em 2030. Haverá mais serviços de creches, assim como créditos e hipotecas a juro mais baixo para famílias com filhos. E as mulheres com mais de quatro filhos ficarão totalmente isentas do imposto sobre o rendimento.

O facto é que a taxa de fecundidade húngara já subiu de um mínimo de 1,23 registado em 2011. Também a Polónia encetou um plano natalista (ver "[Aceprensa](#)", [18.4.2018](#)) e conhece dois anos de subida significativa, de 1,32 para 1,48. Mas ambos os países estão ainda abaixo do limiar de substituição de gerações e também da média da UE, que é de 1,59 (2017).

Mas enquanto o conjunto da UE tem uma tendência descendente, a região centro-oriental sobe, com a exceção da Croácia. Cinco países já superaram a média da UE: Roménia (1,71), República Checa e Letónia (1,69 as duas), Lituânia (1,63) e Eslovénia (1,62); a Estónia igualou-a.

No caso de Portugal, eis algumas das taxas que tem conhecido: 2001 (1,45), 2012 (1,28), 2013 (1,21), 2015 (1,31), 2017 (1,38).

As taxas mais elevadas continuam a acontecer a Oeste: França (1,90), Suécia (1,78), Irlanda (1,77). E as mais baixas, no Sul: Malta (1,26), Espanha (1,31), Itália (1,32), Grécia (1,35). Nestes mesmos países, menos Malta, as mães que dão à luz pela primeira vez são as mais velhas, com mais de 30 anos (média da UE: 29,1); e quanto mais tarde chega o primeiro filho, menos provável é que haja outros. Por outro lado, todos os países centro-orientais estão no extremo oposto: entre os 26,1 anos da Bulgária (mínimo da UE) e os 28,8 da Eslovénia.

A diminuição da fecundidade nos países ex-comunistas, maior do que nos ocidentais, produziu, juntamente com a emigração, uma Europa de duas velocidades demográficas. Agora, a parte lenta começa a acelerar.

R. S.

## Paradoxos da política identitária

À política identitária é costume censurar a sua capacidade para converter a vida social numa espiral de queixas: se há grupos que apelam à sua identidade para conseguir uma proteção especial, porque não podem fazer o mesmo os restantes? Esta dinâmica piora com um conceito na moda entre os identitários – a “interseccionalidade” –, que permite distinguir entre discriminações contra as quais vale a pena lutar e outras que não merecem atenção.

A noção de “interseccionalidade” foi gerada nos Estados Unidos durante os anos 70 do século passado, pela mão do feminismo negro. Em 1989, [explica](#) Kory Stamper em “The Cut” (9.3.2018), a professora de Direito e ativista Kimberlé Crenshaw utilizou expressamente o termo para denunciar a opressão específica que sofrem as mulheres negras. Na sua opinião, essa discriminação única é fruto da interseção de duas identidades oprimidas. Isso situa-as numa posição particularmente vulnerável. Daí a metáfora do cruzamento de caminhos: quem se situa nesse ponto perigoso, pode ser atingido a partir de várias frentes.

Durante muitos anos, o termo passou despercebido. E embora o “Oxford English Dictionary” lhe tenha dado uma certa visibilidade em 2015, foi somente na era Trump que saltou para os meios de comunicação. No seu uso mais popular, alude à sobreposição de duas ou mais formas de discriminação, normalmente as que derivam do sexo, da raça, da classe e da orientação sexual. O conceito é interessante, porque revela como funciona a lógica identitária que exclui.

A política identitária desdenha o princípio de proteção igual para todos, que era uma preocupação básica da esquerda do *New Deal*. Mais do que a igualdade, aos identitários interessa-lhes a justiça. E a justiça – defendem – passa por tratar de modo mais favorável os grupos que têm sofrido uma discriminação histórica: as mulheres, os negros, os pobres e os homossexuais. E agora, sobretudo, os transexuais. Para os identitários, o que é justo é corrigir a desvantagem de partida através da discriminação positiva.

A “interseccionalidade” traz novas diferenças e novas queixas, pois faz distinções inclusivamente dentro dos grupos a quem teoricamente favorece. O resultado é mais falta de solidariedade: do mesmo modo que não se apreciam por igual todas as identidades, tão-pouco se combatem por igual todas as discriminações. Assim, o dever de apoiar outras mulheres para lutar contra a discriminação por razões de sexo – a “irmandade” – cessa a partir do momento em que se descobre que “a irmã” vive, pensa e fala a partir de uma identidade privilegiada, como ser branca ou heterossexual.

Muito menos existe a obrigação de ajudar quem, a partir de uma identidade oprimida, decide apoiar posições que legitimam a opressão. É o que acontece às mulheres que se opõem ao aborto ou que defendem o casamento entre um homem e uma mulher, duas posições que, na opinião das identitárias, representam formas de submissão ao patriarcado. Paradoxalmente, o direito a pensar por si próprias, expulsa-as do clube das que querem dar poder às mulheres.

Mas isto é precisamente o que as identitárias questionam: que as mulheres conservadoras sejam autónomas. A suspeita, [lamenta](#) Inez Feltscher Stepman em “The Federalist” (28.11.2018), é que as mulheres que se afastam da esquerda o fazem condicionadas pelo que votam os seus maridos. “Se és uma mulher conservadora, as tuas opiniões políticas não são tuas”. E o mesmo se pensa dos votantes negros que apoiam o Partido Republicano.

Ao procurar compreender porque é que uma categoria de pessoas supostamente oprimidas decide votar nos seus *opressores*, acrescenta Stepman, a esquerda identitária não costuma perguntar-lhes pelos motivos das suas preferências. Em vez disso, especula e chega à conclusão de que, nestes casos, umas e outros optam pela sua identidade opressora em detrimento da das vítimas oprimidas. Assim, “as mulheres brancas escolhem votar nos republicanos porque são brancas, enquanto que os homens negros escolhem votar nos republicanos porque são homens”.

Para Stepman, esta forma de pensar envia às mulheres uma mensagem envenenada: “Vota com as tuas partes femininas, não com o teu cérebro, ou serás uma traidora do grupo”.

Também Kimberley Burton, estudante na Universidade de Templeton e presidente da Network of Enlightened Women, queixa-se de que as feministas a façam escolher entre as suas ideias e o pensamento de grupo. “Como diretora de um clube conservador para mulheres no campus”, [escreve](#) em “The Inquirer” (23.8.2018), “experimentei em primeira mão o ódio que as feministas lançam contra as mulheres que não pensam como elas”. E embora o feminismo devesse celebrar “que as mulheres tomem as suas próprias decisões e que as suas vozes sejam escutadas”, a ela acusam-na de ter deixado que lhe “lavassem o cérebro” ou de ser “contra as mulheres”, por ser pró-vida.

E conclui: “Se o moderno movimento feminista quer ter sucesso em dar o poder a *todas* as mulheres, as feministas deveriam valorizar o diálogo (inclusivamente com pessoas de quem discordam) e a diversidade intelectual. Isto não apenas tornaria mais inclusivo o feminismo; uma perspetiva conservadora também poderia trazer novas soluções para abordar as diferenças entre homens e mulheres. (...) Antes das feministas modernas hostilizarem as mulheres conservadoras, deveriam dar-se conta de que somos mais do que simples estereótipos. O mesmo se passa com elas”.

A recusa em integrar as conservadoras na luta pela igualdade das mulheres vem apoiar uma das críticas mais sérias

dirigidas à política identitária segundo a esquerda: dado que os identitários centram a sua atenção na diferença, [defende](#) Mark Lilla, acabam por perder todo o “interesse pelas questões que não afetam as suas identidades nem as pessoas que não são como elas”.

Num longo [artigo](#) publicado em “Spiked” (1.3.2019), Frank Furedi salienta outro paradoxo do discurso identitário: os seus defensores pedem a toda a gente que não se julguem as pessoas pela cor da sua pele, pelo género ou pela orientação sexual. Mas eles desqualificam os seus críticos – sobretudo os homens brancos –, enquadrando-os em identidades opressoras. A única maneira de se redimirem deste “pecado original”, é reconhecer a própria condição privilegiada (*check your privilege*) e apoiar de modo indiscutível a política identitária.

Mas a fasquia para se salvar é muito alta, como está a experimentar a esquerda norte-americana na sua própria pele. Entre outros exemplos, Furedi centra a sua atenção em três candidatos que irão concorrer às primárias do Partido Democrata nas presidenciais de 2020.

Ao senador independente Bernie Sanders já não lhe vale ser um socialista clássico para passar o teste de pureza ideológica que agora lhe exigem alguns democratas. Se nas primárias para as presidenciais de 2016 foi acolhido com entusiasmo por um setor da esquerda que via nele um guerreiro contra as discriminações de classe, agora os identitários culpam-no de ser um homem branco, incapaz de enfrentar as discriminações de outro tipo.

Muito menos é uma aposta segura Elizabeth Warren. Tal como Sanders, a senadora democrata por Massachusetts é muito crítica para com as grandes empresas e Wall Street. A seu favor tem o ser mulher, o que poderia constituir uma vantagem relativamente a Sanders. Mas é uma mulher branca. Daí talvez o seu [empenho por demonstrar](#), com uma análise de ADN, as suas muito remotas origens ameríndias.

Nem sequer a afro-americana Kamala Harris, senadora pela Califórnia, tem todas consigo, embora seja uma das candidatas favoritas. Há os que questionam o seu compromisso com a causa identitária por se ter casado com um branco. O que, para Furedi, é mais uma prova de até que ponto a política identitária invadiu todos os âmbitos da vida. Por isso, na sua opinião, quem pense que se trata de uma moda passageira, mergulha no erro: enquanto esta visão do mundo não for objeto de confronto, dirigimo-nos para “uma guerra perpétua de identidades”.

A novidade do momento atual é que se antes os identitários se voltavam contra aqueles que lhes atiravam à cara o seu tribalismo, nos tempos que correm afirmam-no orgulhosos. “Dizem continuamente que estão a lutar pela justiça, mas na realidade dedicam a maior parte das suas energias a ganhar cada vez mais autoridade cultural. (...) Os ataques à brancura, à masculinidade ou à heteronormatividade têm pouco a ver com a justiça. Trata-se mais de minar as atitudes e os valores

dos grupos identitários que os chamados defensores da justiça social desprezam”.

J. M.

## “O Professor e o Louco”

“The Professor and the Madman”

Realizador: Farhad Safinia

Atores: Mel Gibson, Sean Penn

Duração: 122 min.

Ano: 2019

Uma história verídica narrando o começo dos trabalhos para a concretização do Oxford English Dictionary. A iniciativa está bem definida desde o início, mas não é fácil escolher qual o melhor método de trabalho. Os professores mais eruditos não chegam a acordo para traçar um plano de ação. A dada altura, aparece um professor entusiasta mas que não pertence à academia. Apesar de algumas hesitações, acabam por lhe confiar o projeto perante as suas ideias. Ele tem objetivos bem claros e para cumprir a sua missão resolve pedir a colaboração de todas as pessoas. Todos se podiam envolver e fazer parte deste empreendimento e assim vai recebendo sugestões de palavras com os respetivos sinónimos e citações. De repente, começa a receber muitas cartas de um mesmo indivíduo, somando mais de 10 000 vocábulos bem apresentados. Intrigado, vai ter com ele para o conhecer ao vivo e a sua surpresa é imensa quando vê que se trata de um louco internado num hospital. No entanto, esse doente criara um processo de trabalho prático e rigoroso que o mantém focado para além da sua doença.

Apesar desse dicionário ter demorado décadas a concluir devido às constantes atualizações, é neste seu início que fica logo traçado o rumo para alcançar a meta.

### Tópicos de análise:

1. Conhecer bem a missão a cumprir, guia melhor os novos passos a dar.
2. É eficaz saber aceitar como válidas soluções fora da caixa...
3. Saber procurar ajuda é essencial para ultrapassar as dificuldades.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins  
Professor da AESE

